



ConBRepro

X CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO



EVENTO
ON-LINE

02 a 04
de dezembro 2020

CONTABILIDADE GERENCIAL EM UMA PROPRIEDADE RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO DE CASO

Andréia Gura Veres Zahaikévitch

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - andreia.gura@hotmail.com

Andiara Agnoletto Casanova

Instituto Federal do Paraná - andiaraacasanova@gmail.com

Gabriela Hochmann Narciso

Instituto Federal do Paraná - gabi_hn10@live.com

Antônio Cecílio Silvério

Instituto Federal do Paraná - antonio.silverio@ifpr.edu.br

Everaldo Veres Zahaikévitch

Instituto Federal do Paraná - everaldo.veres@ifpr.edu.br

Resumo: O presente estudo foi desenvolvido em uma pequena propriedade rural do oeste catarinense, que possui como principal atividade a produção leiteira, utilizando-se de dados relativos ao período entre agosto de 2018 e julho de 2019. Objetivou-se identificar, a partir da importância da atividade rural no país e tendo em vista que a propriedade objeto do estudo não detinha de acompanhamento contábil, a viabilidade da contabilidade gerencial em uma pequena propriedade rural, através do levantamento dos dados, elaboração de demonstrativos, realização da análise das informações e a apresentação dos resultados ao proprietário, buscando avaliar a sua perspectiva. Categoriza-se a abordagem como qualitativa e quantitativa, visto a elaboração e interpretação dos dados, tendo como população, as propriedades rurais produtoras de leite do oeste catarinense, e amostra uma pequena propriedade rural, enquadrando-se ainda, dentro de uma pesquisa bibliográfica e documental, da mesma forma, caracterizada como um estudo de caso, no qual utilizou-se de levantamento de dados através da realização de entrevistas e questionários para verificar a percepção do proprietário, além de descritiva, visto a exposição de características. Foram elaborados com base nos dados fornecidos: demonstrativos como Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, um inventário constando bens e outro relativo as matrizes leiteiras da propriedade, secas e em lactação, empregando tais para a análise das informações, utilizando-se também de indicadores contábeis. Alcançaram-se resultados satisfatórios, uma vez que foram realizadas diversas constatações sobre a situação da propriedade.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial, Aplicabilidade, Propriedade Rural.

MANAGEMENT ACCOUNTING IN A RURAL PROPERTY IN THE STATE OF SANTA CATARINA: A CASE STUDY

Abstract: This study was carried out on a small rural property in western Santa Catarina, whose main activity is dairy production, using data relating to the period between August 2018 and July 2019. The objective was to identify, from the importance of rural activity in the country and considering that the property object of the study did not have an accounting follow-up, the feasibility of management accounting in a small rural property, through data collection, preparation of statements, analysis of information and the presentation of the results to the owner, seeking to evaluate his perspective. The approach is categorized as qualitative and quantitative, considering the elaboration and interpretation of the data, having as a population, the rural properties that produce milk from the west of Santa Catarina, and sample a small rural property, still fitting, within a bibliographic and documentary, similarly, characterized as a case study, in which data collection was used through interviews and questionnaires to verify the perception of the owner, in addition to descriptive, given the exposure of characteristics. Were prepared based on the data provided: statements such as Balance Sheet and Income Statement for the Year, an inventory containing assets and another relating to the dairy matrices of the property, dry and lactating, using such for the analysis of the information, also using accounting indicators. Satisfactory results were achieved, since several findings were made about the situation of the property.

Keywords: Management Accounting, Applicability, Rural Property.

1 Introdução

A agropecuária é responsável por 21,1% do PIB brasileiro, bem como, 20% da força de trabalho, conforme citado pela EMBRAPA – SIRE, (2019) destacando-se ainda, que de cada quatro produtos do agronegócio em circulação no mundo, um é brasileiro (EMBRAPA – SIRE, 2019).

Ademais, visto uma estimativa de crescimento da população mundial, percebe-se que é inevitável o aumento da necessidade de produtos agropecuários, considerando que a demanda por alimentos passará por mudanças constantes e simultâneas à expansão dos habitantes (EMBRAPA-SIRE, 2019).

Dessa forma, constata-se a relevância desse setor para a economia do Brasil, assim como, da ciência contábil para a agropecuária, consoante exposto por Crepaldi (2016, p. 53), todas as propriedades rurais, mesmo que pequenas, precisam dessa ciência, tendo em vista a necessidade de tomada de decisões para a eficácia e continuidade do empreendimento.

Diante de tais informações, figura como questão problema a ser solucionada: a contabilidade gerencial é útil quando aplicada em uma pequena propriedade rural?

Concomitante com a importância da atividade rural, seu significado nos cenários, tanto brasileiro quanto mundial, e a relevância da contabilidade para o sucesso das atividades, surge como objetivo geral da pesquisa identificar a viabilidade da contabilidade gerencial em uma pequena propriedade rural, visto que, a contabilidade gerencial tem o foco no controle e na geração de informação útil para tomada de decisão (MARION; RIBEIRO, 2011, p. 3).

De forma mais específica, os objetivos se direcionam com base em levantar os dados da propriedade, elaborar demonstrações e desenvolver sua análise, posteriormente

apresentando-as ao proprietário, para então, com a concepção do mesmo sobre os resultados, averiguar se realmente há relevância da contabilidade gerencial na propriedade em que o estudo fora aplicado.

Justificando-se o presente artigo perante a baixa valorização da contabilidade na atividade rural como um instrumento administrativo, em especial nas pequenas propriedades, sendo na maioria dos casos conhecida apenas para recolhimento de tributos, desperdiçando o seu potencial para a maximização de resultados (CREPALDI, 2016, p. 83-84).

2 Referencial Teórico

2.1 Agropecuária Brasileira

A agropecuária é um setor imprescindível para a sobrevivência de todo indivíduo, seja por questões de consumo ou de sustento. Essa afirmativa se ampara ainda mais em um país como o Brasil, em que os setores agrícola e pecuário possuem uma grande representatividade. Segundo os dados apresentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), o valor bruto da produção agropecuária, figurou no ano de 2018 em R\$569,8 bilhões. Outrossim, em conformidade com o Censo Agro 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 15 milhões de pessoas trabalhavam, nessa data, em atividades agropecuárias.

Dentro desse âmbito, pode-se destacar a agricultura familiar, responsável por 70% do total de alimentos produzidos pelo Brasil no ano de 2016 (CAISAN, 2016). Consoante a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (2018), a produção leiteira no ano de 2017 foi equivalente à 34,9 bilhões de litros de leite de vaca. Entretanto, a balança comercial brasileira referente a produtos lácteos, como por exemplo: leite em pó, queijos, soro do leite em pó e leite UHT, nesse mesmo ano, foi deficitária, com 169 mil toneladas importadas e 38 mil toneladas exportadas, gerando um déficit de mais de 130 mil toneladas nessa categoria. Figurando o consumo por habitante em 173 litros de leite ao ano, em 2017.

Desta forma, percebe-se a relevância da agropecuária para o Brasil, podendo a contabilidade rural, ser um instrumento auxiliar nesse setor. Figurando esta ciência como o principal instrumento auxiliar de controle e de geração de informação para os empreendimentos rurais. O qual possibilita, a partir da análise de dados, contidos por exemplo, no Balanço Patrimonial e DRE, constatar a real situação da propriedade, a sua estrutura, evolução, solvência, o retorno dos investimentos, entre outros pontos cruciais para que o agricultor possa reduzir seus gastos, verifique se há necessidade de buscar novos recursos e possa realizar o seu planejamento (CREPALDI, 2016, p. 87).

2.2 Contabilidade como Instrumento Gerencial

A Contabilidade Gerencial tem como base e fundamento, suprir as necessidades referentes à informação, seja ela relativa a natureza econômica, financeira, patrimonial, física, de produtividade ou operacional, afim de elucidar a tomada de decisões, com o propósito de auxiliar seus usuários a alcançar os objetivos e metas traçadas (MARION; RIBEIRO, 2011, p. 3).

Essa forma contábil, consoante Marion e Ribeiro (2011, p. 3) é “desobrigada do cumprimento de determinações legais ou regras fixadas por órgãos reguladores como a

Comissão de Valores Mobiliários, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis etc.” o que torna mais evidente sua utilidade como meio informativo para tomada de decisão.

O surgimento da Contabilidade Gerencial fez com que os relatórios, antes ligados ao aspecto monetário somente, passassem a abranger informações de natureza operacional, tendo como pilar para utilização não somente o âmbito financeiro, mas também o qualitativo dos produtos, processos, desempenho e capacidade. Podendo ser encontrada a partir da Contabilidade Gerencial, qualquer informação inerente à atividade, através da capacidade de se adaptar conforme a necessidade momentânea e área de atuação (MARION; RIBEIRO, 2011, p. 5).

Ainda, pode a Contabilidade Gerencial, se dividir em três funções, conforme discorrem Marion e Ribeiro (2011, p. 5-8), em Função Operacional, ligada a produção e fabricação, com tomadas de decisões quase que de forma instantânea; a Função Gerencial, relacionada a orientação de gestão, comando, com tomada de decisões de curto e médio prazo, e; a Função Estratégica, a qual orienta as decisões a longo prazo ligadas a estratégias e administração, rentabilidade, satisfação de clientes e inovação.

2.3 Indicadores Contábeis

Instrumentos que visam auxiliar na compreensão da situação econômica e financeira de uma determinada instituição, através da interpretação de Demonstrações Contábeis. Dispondo como exemplos, os índices de rentabilidade, de liquidez e de endividamento, bem como o ponto de equilíbrio e a margem de contribuição (NASCIMENTO, 2018, p. 13).

Os índices de rentabilidade apresentam informações sobre o retorno que a empresa está proporcionando, ou seja, auxilia no entendimento do resultado da entidade analisada. Dividindo-se entre, margem líquida, que evidencia qual o percentual da receita líquida que se transforma em lucro líquido e a margem operacional, que expõe o quanto da receita líquida se transforma em lucro operacional, ou seja, considera apenas o resultado (lucro/prejuízo) da operação central da empresa, o que difere-se da margem líquida, que leva em consideração os rendimentos não operacionais, como aluguéis realizados em uma entidade instituída com finalidade distinta à locação de bens, logo, quanto maior for esse indicador, melhor é o desempenho da organização (MARION; RIBEIRO, 2011, p. 172-174).

Outro índice relevante é a Rentabilidade do Ativo, que tem por objetivo demonstrar o retorno que todo capital próprio e de terceiro aplicado na entidade (Ativo) está gerando. Já a Rentabilidade do Patrimônio Líquido aponta apenas o retorno sobre o capital próprio, qual é o resultado que a instituição gera para os capitais investidos pelos seu(s) proprietário(s) (ALVES, 2018, p. 12-14).

Quanto aos índices de liquidez, como cita Reis (2009, p. 328) representam indicadores estáticos, que demonstram a situação em um determinado momento, podendo mudar de um dia para outro, se refere normalmente a capacidade da entidade em pagar suas dívidas, sendo a Liquidez Corrente e Liquidez Geral importantes indicadores. No caso da Liquidez Corrente, é possível verificar a capacidade de pagamento a curto prazo dos empreendimentos, ou seja, se existem valores disponíveis e realizáveis dentro do curto prazo (atual período mais exercício de 2020) para quitar as dívidas vencíveis durante mesmo período, e, no caso da Liquidez Geral, verifica-se todas as dívidas existentes em relação a todos os valores disponíveis independentemente do prazo a realizar-se (REIS, 2009, p. 328-334).

Outro importante fator é o Quociente de Endividamento, esse índice busca demonstrar a proporcionalidade entre obrigações a curto prazo (atual período mais exercício de 2020) e as obrigações totais, ou seja, quanto da totalidade terá de ser pago a curto prazo (MARION; RIBEIRO, 2011, p. 155).

Margem de Contribuição é outro imprescindível instrumento contábil, que auxilia na gestão empresarial, pois expõe o quanto do faturamento da instituição sobra para satisfazer os custos e despesas fixas, e compor o seu lucro, segundo Marion e Ribeiro (2011, p. 65). Cabe ressaltar, que custos e despesas fixas são aqueles que seriam obtidos mesmo se a entidade não tivesse operando, como por exemplo, juros e encargos sobre financiamentos, depreciação e seguros, isto é, mesmo que a produção aumente ou se torne inexistente, eles permaneceriam, ao contrário dos custos variáveis, que se modificam de acordo com a produção, e que só existem no momento em que a instituição estiver em atividade, como por exemplo, energia elétrica e matéria prima (MARION; RIBEIRO, 2011, p. 46-47).

O Ponto de Equilíbrio mostra-se como um importante indicativo em relação a atividade, corresponde a um nível de vendas em que não ocorre a existência de lucro nem prejuízo, nesse momento as vendas e os gastos são iguados, ou seja, o total da receita é suficiente para cobrir os custos e as despesas, podendo o mesmo ser realizado em reais ou unidades como demonstra Reis (2009, p. 301).

3 Materiais E Métodos

Para a realização do referido artigo foram utilizados métodos de pesquisa com abordagem de cunho qualitativo e quantitativo, devido a sua base elucidativa e investigativa de dados levantados, dentre esses, os obtidos contabilmente, assim como cita Oliveira (2011, p. 80-81), tendo como população as propriedades rurais produtoras de leite e, como amostra, uma pequena propriedade rural do oeste de Santa Catarina, que atua no setor de gado leiteiro.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, visto que foram analisadas outras publicações a fim de constituir um referencial teórico e base para o presente artigo, assim como define Gil (2010, p. 29), também enquadrando-se como um estudo de caso, em decorrência de ser um procedimento investigativo de um fenômeno, através de descrição de situações e explicação de variáveis, assim como abordado por Gil (2010, p.37-38). Outrossim, enquadra-se como uma pesquisa documental, visto que se utilizou de análises de documentos internos da propriedade objeto do estudo (GIL, 2010, p.30-31).

Quanto a utilização de técnicas, foi realizado levantamento de dados onde aplicou-se entrevistas e questionários para obter informações sobre a propriedade, bem como a posição do proprietário quanto as informações proporcionadas pela contabilidade gerencial, a fim de obter ciência de elementos necessários para a concretização do presente estudo, como descreve Marconi e Lakatos (2017, p. 109), qualificando-se ainda como pesquisa descritiva uma vez que características foram abordadas e descritas durante o processo (GIL, 2010, p. 27).

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Aplicação da Contabilidade Gerencial

Visando a resolução do problema apresentado no presente artigo, tornou-se necessário, de início, a elaboração de demonstrativos contábeis, para posterior análise, que abrangem o período de agosto/2018 a julho/2019, verificando-se os respectivos resultados:

Quadro 1 - Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 43.199,90	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 42.074,69
Disponível	R\$ 17.197,03	Fornecedores	R\$ 2.800,00
Cota-Capital	R\$ 8.052,87	ITR a pagar	R\$ 13,00
Estoques	R\$ 17.950,00	Financiamentos	R\$ 39.261,69
Sacos de Soja	R\$ 2.950,00		
Ração	R\$ 3.000,00		
Silagem de Sorgo	R\$ 2.000,00		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$18.577.901,91	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 48.711,61
Realizável à Longo Prazo	R\$ 5.368,58	Exigível à Longo Prazo	R\$ 48.711,61
Cota Capital	R\$ 5.368,58	Financiamentos	R\$ 48.711,61
Investimentos	R\$13.034.200,00		
Terrenos Destinados à Arrendamento	R\$13.034.200,00		
Imobilizado	R\$ 5.538.333,33	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$18.530.315,51
Pastagem Perene	R\$ 4.500,00	Capital Social	R\$ 8.479.053,01
Máquinas	R\$ 57.000,00	Lucro Líquido do Período	R\$ 51.262,50
Equipamentos	R\$ 63.600,00		
Matrizes Leiteiras	R\$ 51.900,00		
Edificações	R\$ 28.000,00		
Terrenos Destinada à produção Leiteira	R\$ 5.333.333,33		
Intangível	R\$ -		
TOTAL	R\$18.621.101,81	TOTAL	R\$18.621.101,81

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Balanço Patrimonial da propriedade apresenta inúmeras informações, sendo que, para efetivação do mesmo, utilizou-se de dados fornecidos pelo produtor, como por exemplo, os dados das disponibilidades bancárias cedidos pelo proprietário e previsões de recebimentos, como no caso da Cota Capital (um benefício concedido pela cooperativa agroindustrial na qual o proprietário é cooperado, onde após um período de tempo recebe-se um retorno financeiro em decorrência das movimentações realizadas na instituição), no qual R\$ 8.052,87 é o valor mínimo previsto para recebimento até final de 2020, em decorrência do agricultor completar sessenta anos de idade e, R\$ 5.368,58 é o valor que o produtor já tem direito a receber posteriormente, quando atingir sessenta e oito anos.

No que se refere aos estoques, é composto pela ração e silagem utilizadas para alimentação dos animais e as 175 sacas de soja no valor aproximado de R\$ 12.950,00 referentes ao pagamento do arrendamento de terrenos.

Na parte do imobilizado, temos os valores referentes aos equipamentos, máquinas, matrizes leiteiras, edificações e 8 hectares relativos a área utilizada para a produção

leiteira, avaliados a valor justo, ou seja, valor de mercado em uma transação justa. Além disso, consta a pastagem perene, avaliada a partir de dados fornecidos pelo proprietário.

Como investimento figuram os terrenos no montante de 19,55 hectares que equivalem a R\$ 13.034.200,00 avaliados a valor justo, destinados a arrendamento, que conforme Marion (2017, p. 9) ocorre quando o “proprietário da terra aluga seu capital fundiário [...] por determinado período a um empresário” e então receberá uma retribuição certa, que seria o aluguel (MARION, 2017, p. 9).

Constam ainda no balanço, os valores relativos ao Imposto Territorial Rural (ITR), a pagar, fornecedores de insumos, os financiamentos, além do lucro obtido, conforme demonstrado na DRE posteriormente e o Capital Social, caracterizado como uma contrapartida dos investimentos da propriedade.

Quadro 2 - Demonstração do Resultado do Exercício

DRE		Análise Vertical
Receita Bruta	R\$ 115.937,38	-
(-) Funrural (1,5%)	R\$ 1.739,06	-
(-) Fundesa (0,00025)	R\$ 28,98	-
= Receita Líquida	R\$ 114.169,33	100%
(-) Custos/Despesas Variáveis	R\$ 58.873,52	52%
(=) Margem de Contribuição	R\$ 55.295,81	48%
(-) Custos/Despesas Fixas	R\$ 17.981,31	16%
IPTU	R\$ 404,24	0%
ITR	R\$ 13,00	0%
Depreciação	R\$ 13.580,00	12%
Juros e encargos sobre financiamentos	R\$ 3.984,07	3%
(=) Lucro Operacional	R\$ 37.314,50	33%
(+) Outras Receitas	R\$ 13.948,00	12%
Aluguel de terreno para arrendamento	R\$ 12.950,00	11%
Aluguel de terreno para alocação de uma placa	R\$ 998,00	1%
(=) Lucro Líquido	R\$ 51.262,50	45%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os impostos incidentes sobre a receita bruta figuram em Funrural, um Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, que é um tributo obrigatório, destinado à contribuição social para a aposentadoria do agricultor, assim como exposto por Zaia (2019) e fundesa, Fundo Estadual de Sanidade Animal, que tem por objetivo indenizar o produtor quando ocorre o abate de animais em decorrência de doenças infecto-contagiosas (FUNDESA, 2019).

Cabe ressaltar, que classificou-se como Custos/Despesas Variáveis os seguintes dispêndios: energia elétrica; sêmen para inseminação artificial das matrizes leiteiras; produtos de limpeza; gastos com a alimentação dos referidos animais, como por exemplo: ração, sal e silagem; medicamentos; gastos com veterinário; uréia e outros gastos necessários para a manutenção da pastagem; perdas normais na operacionalização da atividade, como a de um animal durante o exercício analisado; diesel e gasolina utilizados.

Ademais, referente ao Imposto de Renda, em decorrência da receita bruta auferida pelo agricultor, o mesmo é isento desse tributo. Consoante exposto por Santos (2019), para

que o produtor rural seja devedor do imposto supracitado, deve ter auferido uma receita bruta, acima de R\$ 142.798,50.

A partir dos dados coletados, realizou-se alguns índices contábeis, visando auxiliar o agricultor a compreender melhor a situação de sua propriedade, conforme exposto no quadro 3.

Quadro 3 - Índices Contábeis da Entidade Analisada

ÍNDICES		
FÓRMULAS	CONTA	RESULTADOS
ÍNDICES DE RENTABILIDADE		
Margem Líquida		
<u>Lucro Líquido</u>	<u>51.262,50</u>	0,45 ou 45%
Receita Líquida	114.169,33	
Margem Operacional		
<u>Lucro Operacional</u>	<u>37.314,50</u>	0,33 ou 33%
Receita Líquida	114.169,33	
Rentabilidade do Ativo		
<u>Lucro Líquido</u>	<u>51.262,50</u>	0,003 ou 0,3%
Ativo Total	18.621.101,81	
Rentabilidade do Patrimônio Líquido		
<u>Lucro Líquido</u>	<u>51.262,50</u>	0,003 ou 0,3%
Patrimônio Líquido	18.530.315,51	
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO		
Margem de Contribuição Total		
Receita Bruta-Custos/Desp. Variáveis	115.937,38 - 60.641,57	R\$ 55.295,81
Margem de Contribuição Unitária		
<u>Margem de Contribuição Total</u>	<u>55.295,81</u>	R\$ 0,63
Total de Litros Entregues	87491	
PONTO DE EQUILÍBRIO		
Ponto de Equilíbrio Contábil em R\$		
<u>Custo Fixo + Desp. Fixa Total</u> X Receita Líquida	<u>17.981,31</u> X 114.169,33	R\$ 37.126,04
Margem de Contrib. Total	55.295,81	
Ponto de Equilíbrio em Unidades		
<u>Custos/Desp. Fixas Totais</u>	<u>17.981,31</u>	28.450,67 unidades
Margem de Contribuição Unitária	0,63	
ÍNDICES DE LIQUIDEZ		
Liquidez Geral		
<u>Ativo Circulante+ Realizável Longo Prazo</u>	<u>43.199,90 + 5.368,58</u>	0,53 ou 53%
Passivo Circulante + Passivo Ñ Circulante	42.074,69 + 48.711,61	
Liquidez Corrente		
<u>Ativo Circulante</u>	<u>43.199,90</u>	1,03 ou 103%
Passivo Circulante	42.074,69	
ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO		
Quociente de Endividamento		
<u>Passivo Circulante</u>	<u>42.074,69</u>	0,46 ou 46%
Exigível Total	90.786,30	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dessa forma, tornou-se possível visualizar alguns pontos interessantes sobre a propriedade, como em relação ao faturamento da entidade durante o ano analisado, que

líquido de impostos, figurou em R\$ 128.117,33, sendo R\$ 114.169,33 pertencente à atividade leiteira, R\$ 12.950,00 derivado de arrendamentos de terrenos e R\$ 998,00 referentes a uma placa de propaganda, sediada na propriedade.

Outro ponto de destaque é a relação entre receita e gastos. No período analisado foi possível constatar ainda que R\$ 58.873,52 é o valor relativo aos custos e despesas variáveis, ou seja, os gastos que a propriedade obteve ao efetuar a atividade leiteira, sendo estes equivalentes à 52% da receita líquida obtida com a operação, e que, R\$ 17.981,31 é a quantia equivalente aos custos e despesas fixos, que a propriedade terá de arcar mesmo que a atividade não seja realizada, correspondente a 16% da receita líquida.

Também é relevante considerar que, R\$ 3.984,07 é o valor dos juros e encargos financeiros devidos durante o período analisado, proporcional a 3% da receita líquida.

A diferença entre o total faturado por todos os custos e despesas obtidas resultou no lucro líquido de R\$ 51.262,50 ao ano, ou seja, em uma margem líquida de 45%. Considerando apenas a atividade leiteira, verificou-se que a entidade gera um lucro de 33% do total faturado nesta atividade principal, noutras palavras, dos R\$ 114.169,33 recebidos pela venda dos litros de leite, apenas R\$ 37.314,50 formou o seu lucro.

É notório que na propriedade analisada o agricultor não possui um salário fixo, e que também não detém de funcionários, portanto, há de considerar-se o lucro como a remuneração do produtor, ao verificar R\$ 51.262,50 como lucro anual, dividindo por 12 meses, R\$ 4.271,88 seria o valor médio aproximado de remuneração mensal ao proprietário. Considerando apenas a atividade leiteira o proprietário obtém um retorno de R\$ 3.109,54 em média por mês.

Ao comparar as receitas principais, atividade leiteira e arrendamento, pode-se observar que em pouco mais de quatro meses de atividade leiteira, a mesma alcançaria um retorno superior ao retorno anual do arrendamento, visto que em média R\$ 3.109,54 é o retorno mensal da atividade leiteira e R\$ 12.950,00 o retorno anual do arrendamento.

Referente ao arrendamento de terras percebe-se um retorno extremamente baixo, de 0,10% do que o bem utilizado vale, visto que os terrenos destinados a esta finalidade equivalem à R\$ 13.034.200,00, e geram um lucro de R\$ 12.950,00 ao ano.

Ao avaliar a rentabilidade do ativo e do patrimônio líquido, foi constatado que ambos equivalem a 0,3%, número extremamente baixo, motivado pelo alto valor dos terrenos da propriedade, demonstrando a não maximização dos investimentos.

Cabe ressaltar, que de cada litro de leite vendido no período analisado, em média R\$0,88 foram destinados para cobrir custos e despesas, e o restante, R\$ 0,43, compôs o lucro da propriedade por unidade vendida. Sendo que dos R\$ 0,88, caracterizam-se como gastos variáveis R\$ 0,67, e como fixos R\$ 0,21.

Torna-se interessante destacar o ponto de equilíbrio da propriedade em relação à atividade leiteira, ao alcançar a receita de R\$ 37.126,04 ou efetuar a venda de aproximados 28.451 litros de leite, os gastos e a receitas igualar-se-ão, ou seja, a propriedade não estaria em situação de lucro nem prejuízo, e sim em equilíbrio, sendo atingido esse marco em aproximadamente 4 meses de atividade.

Referente ao índice de liquidez, verificou-se que o ente analisado tem capacidade de realizar o pagamento de todas as suas dívidas a curto prazo, ou seja, que irão cumprir as obrigações relativas até o final de 2020. Torna-se importante essa constatação, visto que 46% das obrigações totais da propriedade são a curto prazo, como demonstra o quociente de endividamento.

Conforme informação já apresentada, a entidade obteve um lucro anual de R\$ 51.262,50, entretanto, considerando os financiamentos que a propriedade possui, sendo R\$ 28.604,98 pagos durante o ano analisado, em que R\$ 24.620,91 referem-se ao principal e R\$ 3.984,07 aos juros e encargos financeiros, percebe-se que do percentual total obtido de lucro, cerca de 56% teve que ser reinvestido na propriedade para saldar apenas essa dívida, que é a mais expressiva, ou seja, do montante do lucro que foi obtido pelo agricultor, descontando os financiamentos, sobrou R\$ 22.657,52 por ano e R\$ 1.888,13 ao mês em média. Visualizando dessa forma, que a atividade leiteira dá resultados positivos, todavia, exige um investimento significativo em troca para possibilitar esse lucro.

Entretanto, boa parte dos financiamentos concluir-se-ão no ano de 2020, ou seja, no final do próximo ano, promovendo então um aumento no valor que sobrar para o agricultor. Ademais, conforme informação repassada pelo proprietário, o mesmo deseja encerrar suas atividades no prazo de 5 anos, ou seja, em 2024, não obstante, foi observado que nesse ano praticamente a totalidade de seus financiamentos estarão pagos, restando apenas 1 financiamento a ser pago até 2028, que equivale ao dispêndio de R\$ 2.250,00 por ano, caso não seja realizado a aquisição de mais financiamentos.

A fim de curiosidade e comparação, considerando a baixa rentabilidade tanto do ativo quanto patrimônio líquido, fora realizado um cálculo supondo que o valor referente aos terrenos fosse alocado em um outro investimento, utilizado a poupança, considerando que segundo Tavares (2019), em 30 de outubro de 2019 a taxa era 3,5% ao ano, constatou-se que, os terrenos referentes a atividade leiteira que equivalem a R\$ 5.333.333,33 aplicados na poupança renderiam anualmente R\$ 186.666,67 diferentemente dos R\$ 37.314,50 de lucro operacional com a atividade ao ano, e que os terrenos utilizados para arrendamento, possuem o valor de R\$ 13.034.200,00, no qual se aplicados na poupança renderiam ano R\$ 456.197,00 muito acima dos R\$ 12.950,00 atuais do arrendamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo deu-se a partir da importância da agropecuária para o Brasil, inclusive dos pequenos produtores rurais, bem como da fraca atuação da ciência contábil para esse ramo, em vista disso, alcançou-se o objetivo geral do artigo, ao constatar que o arcabouço contábil, dentro de uma perspectiva gerencial, seria importante para auxiliar esse setor produtivo, atingindo-se os seguintes objetivos específicos, o levantamento de dados, a elaboração de demonstrações contábeis, a análise das mesmas, sucedendo após, a apresentação dos dados obtidos ao proprietário, para consequentemente constatar a viabilidade da contabilidade gerencial quando aplicada a uma pequena propriedade rural.

Solucionando o problema da pesquisa, que figura em: a contabilidade gerencial é útil quando aplicada em uma propriedade rural? Utilizando-se como metodologia para a resolução deste questionamento, de uma pesquisa com abordagem de cunho qualitativo e quantitativo, quanto aos procedimentos, de uma pesquisa bibliográfica e documental, elaborando-se um estudo de caso, em uma pequena propriedade estabelecida no oeste

catarinense, empregando-se também uma pesquisa de natureza descritiva, valendo-se para levantamento de dados, questionários e entrevistas.

Constatando-se assim, que a ciência contábil é relevante e pode ser um instrumento auxiliar em uma pequena propriedade rural, capaz de trazer à tona conhecimentos substanciais, que induzam o agricultor a se equiparar a um empresário, e tomar decisões em sua propriedade visando o seu crescimento, acarretando um maior retorno para essa categoria, auxiliando conseqüentemente na sua expansão e continuidade.

REFERÊNCIAS

CAISAN. **Exposição no Congresso mostra a importância da agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <<http://mds.gov.br/caisan-mds/noticias/exposicao-no-congresso-mostra-a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural: Uma abordagem decisória**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

EMBRAPA. Indicadores, tendências e oportunidades para quem vive no setor leiteiro. **Anuário do Leite 2018**. São Paulo, 2018. Disponível em: <ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/181654/1/Anuario-Leite-2018.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2019.

EMBRAPA – SIRE. **EMBRAPA em Números**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/1600893/Embrapa+em+N%C3%BAmeros/7624614b-ff8c-40c0-a87f-c9f00cd0a832>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

FUNDESA. **Fundo Estadual de Sanidade Animal** (Fundesa). 2019. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/governo/acoesdegoverno/agricultura-e-pesca/fundo-estadual-de-sanidade-animal-fundesa>>. Acesso em: 27 out. 2019.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. **Censo Agro 2017: Resultados Preliminares-Brasil**. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: Projetos de Pesquisa, Pesquisa Bibliográfica, Teses de Doutorado, Dissertações de Mestrado, Trabalhos de Conclusão de Curso**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária, Imposto de Renda - Pessoa Jurídica**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. **Introdução a Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Valor da Produção fecha 2018 em R\$ 569,8 bilhões**. 2019. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/noticias/valor-da-producao-fecha-2018-em-r-569-8-bilhoes>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

NASCIMENTO, A. G. G. **Análise das Demonstrações Contábeis**: Um estudo dos índices financeiros na empresa CODEVASF. 39 f. Trabalho de graduação (Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso)- Curso de Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/18648>>. Acesso em: 27 out. 2019.

OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos da Pesquisa Contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

REIS, A. C. R. **Demonstrações Contábeis**: estrutura e análise. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, R. Produtor rural e as regras especiais da Receita para o Imposto de Renda. **Gazeta do Povo**. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/mercado/produtor-rural-e-as-regras-especiais-da-receita-para-o-imposto-de-renda-6m8c3g20oybplnos8a0m16niq/>>. Acesso em: 16 no. 2019.

TAVARES, L. **O rendimento da poupança hoje é ruim**. Blog Magnetis. 2019. Disponível em: <<https://blog.magnetis.com.br/rendimento-da-poupanca-hoje-e-ruim/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ZAIA, M. Funrural 2019: tire suas dúvidas e entenda o que muda este ano. **Canal Pasto Extraordinário**. 2019. Disponível em: <<https://pastoextraordinario.com.br/funrural-2019-entenda-o-que-muda/>>. Acesso em: 27 out. 2019.